

- Em 2022 o resultado patrimonial foi positivo no Plano Financeiro e negativo no Plano Previdenciário em R\$ 257 milhões e R\$ 128 milhões, respectivamente, enquanto que no IGPREV (Administrativo) ocorreu um resultado patrimonial positivo de R\$ 50 milhões. Apurou-se um patrimônio líquido, ao final do exercício, de R\$ 873 milhões no Plano Financeiro, R\$ 3,892 bilhões no Plano Previdenciário e R\$ 62 milhões no (IGPREV/Administrativo), resultando em um acréscimo em termos percentuais no Plano Financeiro, e (IGPREV/Administrativo) em

relação a 2021, de 41,84%, 468,84%, respectivamente e um decréscimo de 3,17% no Plano Previdenciário. Essas variações devem-se principalmente, no caso do Plano Financeiro, ao saldo positivo de investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, as transferências recebidas do Plano Previdenciário, Lei Nº 125/2019 e as receitas referente às compensações financeiras recebidas do Regime Geral de Previdência (RGPS). Quanto ao decréscimo ocorrido no Plano Previdenciário os fatores relevantes foram as despesas intraorçamentárias referente às taxas administrativas pagas ao (IGPREV/Administrativo), as transferências efetuadas ao Plano Financeiro referente à Lei Nº 125/2019 e aos registros das provisões matemáticas previdenciárias, que também contribuíram para esse decréscimo em seu Patrimônio Líquido.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 4 – PATRIMONIO LÍQUIDO ATUALIZADO
(LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)						R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	175.510.588,20	0,54	175.343.248,33	0,67	176.443.488,84	0,85
Reservas	11.668.829,24	0,04	11.585.159,31	0,04	19.306.533,61	0,09
Resultado Acumulado	32.146.259.987,45	99,43	25.902.014.054,99	99,28	20.449.904.852,75	99,05
TOTAL	32.333.439.404,89	100,00	26.088.942.462,63	100,00	20.645.654.875,20	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio				-		0,00
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.883.611.095,36	100,00	4.661.971.646,25	100,00	3.914.607.837,42	100,00
TOTAL	4.883.611.095,36	100,00	4.661.971.646,25	100,00	3.914.607.837,42	100,00

Fonte: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA/DICONF, Data de emissão 26/abr/2023 e Hora de emissão 13h29min.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
(LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)				R\$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	21.210.122,00	13.714.016,41	13.817.147,23	
Alienação de Bens Imóveis	4.403.850,00	2.083.595,00	649.650,00	
Alienação de Bens Intangíveis	13.554.203,89	10.673.136,33	12.493.620,36	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.252.068,11	957.285,08	673.876,87	
DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	7.931.512,58	9.034.461,51	3.267.140,12	
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	7.931.512,58	9.034.461,51	3.267.140,12	
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida	7.931.512,58	9.034.461,51	3.267.140,12	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				

SALDO FINANCEIRO	2022 (g)=(Ia-Id)+IIIf	2021 (h)=(Ib-Ie)+IIIf	2020 (i)=(Ic-Iff)
VALOR (III)	28.508.171,43	15.229.562,01	10.550.007,11

Fonte: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 14/abr/2023 e Hora de emissão 13h58min.
Nota: O Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos recursos RREO/LRF, Anexo 11 considera como executada as despesas pagas, enquanto esse, Anexo de Metas Fiscais, considera as despesas empenhadas.

- Notas:
- a) A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 44, veda a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
 - b) A receita de capital oriunda da alienação de ativos, em 2022, totalizou R\$ 21,210 milhões, sendo em sua maioria referente a bens imóveis, correspondendo a 63,90% do total das receitas realizadas.
 - c) No que se refere às alienações de bens móveis representaram 20,76% do total das receitas realizadas, e os rendimentos de aplicações financeiras oriundos das respectivas alienações corresponderam a 15,33%.
 - d) Quanto às despesas empenhadas, com recursos da alienação de ativos, em 2022, totalizaram o valor de R\$ 7,932 milhões, em despesas de capital investimentos restando um saldo de R\$ 28,508 milhões a ser aplicado nos exercícios seguintes.
 - e) Comparando com 2021, o exercício de 2022 apresentou um acréscimo de arrecadação nas receitas de alienação de ativos de 54,66% e um decréscimo na aplicação desses recursos de 12,21%.